

MARCUS ABRAHAM

Curso de
**DIREITO
FINANCEIRO
BRASILEIRO**

Prefácio do **Ministro Luiz Fux**

7^a
edição **revista e
atualizada
e reformulada**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 28.02.2023
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

A139c
7. ed.
Abraham, Marcus

Curso de direito financeiro brasileiro / Marcus Abraham; prefácio do ministro Luiz Fux. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-739-2

1. Direito financeiro - Brasil. I. Fux, Luiz. II. Título.

23-82598

CDU: 347.73(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

Parte I – Noções Gerais.....	1
Capítulo 1 – Estado, finanças públicas e atividade financeira.....	3
1.1. Introdução à atividade financeira	4
1.2. Evolução do Estado, das finanças públicas e da atividade financeira.....	8
1.3. Conceito de atividade financeira.....	21
1.4. Natureza e funções da atividade financeira	22
1.5. Ciência das Finanças.....	25
1.6. Direito Financeiro como ordenamento jurídico e como ciência	28
1.7. Autonomia do Direito Financeiro e sua relação com outras disciplinas.....	30
1.8. Direito Financeiro e Direito Tributário.....	33
1.9. Poder financeiro do Estado.....	39
1.10. Federalismo Fiscal Brasileiro	41
1.11. Cidadania Fiscal	56
1.12. Educação Fiscal	60
Capítulo 2 – Constituição financeira e sistemas tributário e orçamentário.....	63
2.1. Noções gerais sobre a Constituição Financeira.....	63
2.2. Direito Constitucional Financeiro	65
2.3. Competência normativa financeira na Constituição.....	66
2.4. Hipóteses de intervenção financeira na Constituição	70
2.5. Fiscalização financeira na Constituição	71
2.6. Constituição tributária e orçamentária	73
2.7. Constituições financeiras estaduais e Leis Orgânicas Municipais.....	74

Capítulo 3 – Fontes do Direito Financeiro	77
3.1. Fontes materiais e formais.....	77
3.2. Normas gerais em matéria financeira.....	78
3.3. Normas específicas em matéria financeira	83
3.4. Controle de constitucionalidade e de legalidade das normas financeiras	85
Parte II – Receita Pública, Crédito Público e Despesa Pública	91
Capítulo 4 – Receita pública	93
4.1. Entradas e receitas públicas	94
4.2. Espécies de receitas públicas.....	94
4.3. Receitas públicas ordinárias e extraordinárias	107
4.4. Receitas públicas fiscais e extrafiscais.....	108
4.5. Receitas públicas originárias e derivadas	111
4.6. Receitas públicas orçamentárias e extraorçamentárias	114
4.7. Receitas públicas efetivas e não efetivas	116
4.8. Receitas públicas por transferências intergovernamentais .	116
4.9. Receitas públicas tributárias transferidas.....	120
4.10. Receitas dos preços públicos.....	129
4.11. Receitas públicas na Lei nº 4.320/1964.....	132
4.12. Estágios da receita pública	133
4.13. Instituição, cobrança e renúncia das receitas públicas	134
4.14. Fundos especiais e receitas públicas.....	136
4.15. Receita pública e dívida ativa.....	141
4.16. Desvinculação das Receitas da União (DRU), dos Estados e Distrito Federal (DRE) e dos Municípios (DRM).....	143
Capítulo 5 – Receitas tributárias e direitos fundamentais	147
5.1. Direitos humanos fundamentais e tributação	148
5.2. Justiça Tributária	150
5.3. O dever fundamental de pagar tributos	153
5.4. Sistema Tributário Nacional	156
5.5. Impostos	159
5.6. Taxas.....	163
5.7. Empréstimos compulsórios	165
5.8. Contribuições.....	166

Capítulo 6 – Crédito público	175
6.1. Conceito de crédito público	175
6.2. Evolução histórica e econômica do crédito público	177
6.3. Crédito público como instrumento de intervenção	179
6.4. Crédito público como fonte de receitas públicas	180
6.5. Efeitos econômicos do crédito público.....	181
6.6. Classificação do crédito público.....	182
6.7. Crédito público na legislação brasileira	183
6.8. Títulos de crédito públicos.....	186
6.9. Dívida pública	188
Capítulo 7 – Despesa pública	193
7.1. Conceito de despesa pública	193
7.2. Características das despesas públicas	194
7.3. Efeitos na economia das despesas públicas.....	195
7.4. Natureza da determinação das despesas públicas.....	199
7.5. Classificação das despesas públicas	203
7.6. Despesas públicas constitucionalmente previstas.....	207
7.7. A judicialização das despesas públicas	209
7.8. O procedimento para a realização das despesas públicas...	218
7.9. Restos a pagar	219
7.10. Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).....	222
7.11. Pagamento de despesas públicas de origem judicial: o Precatório	224
7.12. Corrupção com efeito de despesa pública.....	236
7.13. O regime fiscal do teto dos gastos públicos	237
Parte III – Contabilidade Pública e Direito Financeiro	243
Capítulo 8 – Contabilidade pública	245
8.1. Conceito, objeto e finalidade da contabilidade pública.....	245
8.2. Distinções entre a contabilidade pública e a contabilidade empresarial.....	248
8.3. Normas da contabilidade pública.....	249
8.4. Usuários da contabilidade pública	251

8.5.	Aspectos da contabilidade aplicada ao setor público	254
8.6.	Principais conceitos da contabilidade pública.....	254
8.7.	Princípios da elaboração e divulgação da informação contábil aplicada ao setor público	261
8.8.	Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP)	262
Parte IV – Orçamento Público		265
Capítulo 9 – Noções gerais do orçamento público		267
9.1.	História do orçamento público.....	267
9.2.	Orçamento público no Brasil após a Constituição Federal de 1988.....	272
9.3.	Conceito de orçamento público	273
9.4.	Aspectos do orçamento público	275
9.5.	Espécies de orçamento público.....	276
9.6.	Natureza jurídica do orçamento público.....	278
9.7.	Orçamento público no direito comparado	283
9.8.	O pacto orçamental europeu	289
9.9.	Recomendações de boas práticas orçamentais da OCDE...	292
Capítulo 10 – Elaboração e execução do orçamento público		297
10.1.	Princípios orçamentários	297
10.2.	As leis orçamentárias	316
10.3.	Processo legislativo das leis orçamentárias.....	321
10.4.	Créditos orçamentários	328
10.5.	Orçamento participativo	329
10.6.	Orçamento impositivo e autorizativo	336
10.7.	Ciclo orçamentário.....	348
Capítulo 11 – Controle do orçamento público		351
11.1.	Acompanhamento, fiscalização e controle do orçamento público	351
11.2.	Princípios da atividade de controle.....	353
11.3.	Aspectos e modalidades de fiscalização do orçamento público	354
11.4.	Espécies de controle do orçamento público.....	355
11.5.	Tribunal de Contas e Conselho de Contas.....	360
11.6.	Normas brasileiras de auditoria no setor público	371

Parte V – Responsabilidade Fiscal	375
Capítulo 12 – Desenvolvimento da Responsabilidade Fiscal no Brasil	377
12.1. A Lei de Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar nº 101/2000	378
12.2. Influências externas na elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	382
12.3. Influências internas na elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	385
12.4. Implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	386
12.5. A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/1964.....	391
Capítulo 13 – Lei de Responsabilidade Fiscal	395
13.1. Objetivos e características da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	395
13.2. Destinatários da Lei de Responsabilidade Fiscal	398
13.3. Cidadania e transparência.....	400
13.4. Equilíbrio fiscal	404
13.5. Planejamento Orçamentário.....	405
13.6. Execução Orçamentária	408
13.7. Das receitas e despesas em geral.....	410
13.8. Das renúncias de receitas e os incentivos fiscais	415
13.9. Das despesas de pessoal.....	418
13.10. Das despesas com a seguridade social.....	422
13.11. Transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado	423
13.12. Dívida pública, endividamento e operações de crédito	427
13.13. Regime de recuperação fiscal.....	435
13.14. Calamidade pública e seus efeitos na aplicação da LRF.....	438
Capítulo 14 – Sanções de responsabilidade fiscal	443
14.1. Sanções institucionais na Lei de Responsabilidade Fiscal ..	444
14.2. Sanções pessoais de natureza política, administrativa ou penal.....	446
14.3. Crimes contra as Finanças Públicas.....	449
14.4. Dos crimes de responsabilidade	454

14.5.	Dos atos de improbidade administrativa	457
14.6.	Das infrações administrativas.....	459
BIBLIOGRAFIA		461